

Educação e a Crise da Democracia: Trump e o surgimento do populismo de direita

Education and the Crisis of Democracy: Trump and the Rise of Right Wing Populism

Ronald W. Evans¹
San Diego State University
revans@sdsu.edu

Resumo: Este artigo explora as políticas educacionais, pronunciamentos e atividades do governo Trump e suas consequências, focando especialmente na batalha da guerra cultural sobre a Teoria Crítica da Raça (TCR) como um estudo de caso na ascensão do populismo de direita. O currículo escolar não teve grande ênfase até 2020, quando as atividades e pronunciamentos de Trump, em parte, levaram à controvérsia sobre o TCR. Este trabalho traça as origens e o desenvolvimento da controvérsia, a retórica e as ações de Trump no treinamento da sensibilidade racial, o Projeto 1619 e a Comissão 1776 e a CRT como uma questão de guerra cultural. Conclui com a discussão do legado da presidência de Trump e implicações para a educação democrática.

Palavras-chaves: Políticas Educacionais; Governo Donald Trump; Teoria Crítica da Raça.

¹ San Diego State University, San Diego, EUA.

Abstract: This article explores the education policies, pronouncements, and activities of the Trump Administration and their aftermath, focusing especially on the culture war battle over Critical Race Theory (CRT) as a case study in the rise of right wing populism. School curricula was not a major emphasis until 2020 when Trump's activities and pronouncements, in part, led to the controversy over CRT. This work traces origins and development of the controversy, Trump's rhetoric and actions on racial sensitivity training, the 1619 Project and 1776 Commission, and CRT as a culture war issue. Concludes with discussion of the legacy of the Trump presidency and implications for democratic education.

Keywords: Education Policies; Donald Trump Administration; Critical Race

Introdução

A maioria dos americanos ficou horrorizada com os eventos de 6 de janeiro de 2021. Nada como isso, uma insurreição desafiando os resultados de uma eleição presidencial, aconteceu em nossas vidas. Parecia inimaginável. No entanto, para um segmento significativo da cidadania americana, os eventos de 6 de janeiro tornaram-se um episódio por meio do qual patriotas americanos agiram em nome de um presidente que eles apoiaram, para quem as alegações de uma eleição fraudada e roubada foram convincentes. O presidente Donald Trump, por meio de suas políticas e ações, e seu discurso em 6 de janeiro, instigou o ataque à capital do país e pouco fez para impedir a violência que se seguiu. Em retrospectiva, os eventos de 6 de janeiro representam um marcador que sugere a fragilidade de nossa república democrática, destacando a ameaça de liderança autocrática e indicando a necessidade de desenvolver hábitos mais fortes de pensamento crítico entre a população americana.

Este artigo explorará as políticas educacionais, pronunciamentos e atividades do governo Trump e suas consequências, focando especialmente na batalha da guerra cultural sobre a Teoria Crítica da Raça (TCR) como um estudo de caso na ascensão do populismo de direita. Como veremos, o currículo escolar não foi uma grande ênfase durante a maior parte da presidência de Trump, até o último ano de seu mandato, durante o qual as atividades e pronunciamentos de Trump, em parte, levaram à controvérsia sobre a TCR. O artigo traçará as origens e o desenvolvimento da controvérsia, a retórica e as ações de Trump no treinamento de sensibilidade racial, o Projeto 1619 e a Comissão 1776 e a CRT como uma questão de guerra cultural. O artigo será concluído com algumas discussões sobre o legado da presidência de Trump e as implicações para a educação democrática.

Trump, a ascensão do populismo de direita e o impacto na educação são de interesse em parte porque a controvérsia sobre a CRT está tendo um impacto notável e ameaça a educação democrática e a liberdade acadêmica nas escolas. De maneiras importantes, a controvérsia reflete o padrão de controvérsias curriculares passadas em suas origens, frenesi da mídia e possíveis consequências.

Trump e o populismo de direita

A ascensão do populismo de direita é um fenômeno global perigoso que reflete a ascensão da ditadura na era pré-Segunda Guerra Mundial. Neste artigo, o autor se concentrará nas tendências norte-americanas em política e educação, especialmente aquelas que impactam os estudos sociais e a educação cívica, que fornecem evidências da influência do populismo de direita. As origens do populismo de direita podem ser encontradas em parte na globalização, mudança tecnológica, imigração, crescimento econômico lento, baixa produtividade e políticas de austeridade governamental. Nos EUA, um declínio acentuado nos empregos industriais, o “esvaziamento” da classe média, a estagnação da renda familiar, um aumento acentuado da desigualdade, crescente diversidade racial e social e um aumento de residentes indocumentados alimentaram a tendência. Essas tendências foram percebidas como tendo um impacto sobre os brancos menos instruídos da classe trabalhadora, especialmente os homens – que estavam zangados com um sistema e estabelecimento empilhados contra eles. Essas forças socioeconômicas, representando milhões de “pessoas angustiadas”, provaram ser economicamente prejudiciais e psicologicamente ameaçadoras ao longo de décadas, e levaram ao surgimento de um eleitorado fortemente dividido. Os programas governamentais pareciam fracos e ineficazes para lidar com os problemas do século XXI. A presidência de Trump foi alimentada pela raiva, ansiedade e ressentimento deixados na esteira de um governo ineficaz, de forma semelhante aos sentimentos que alimentaram a ascensão de demagogos populistas anteriores (HOWELL e MOE, 2020, p. 2-3).

A presidência de Trump levou a uma mudança imediata no tom e no impacto da liderança presidencial na cultura dos EUA. Trump aproveitou as preocupações dos americanos com retórica acalorada, racismo e mentiras. Ele jogou com preconceitos raciais e étnicos; traficando em teorias da conspiração; imigrantes demonizados, muçulmanos e, em seguida, o presidente Obama. Ele culpou outros países pelos problemas econômicos dos EUA; criticou o establishment político e econômico como ilegítimo; elogiou Putin e outros autocratas; criticou a mídia; e, rebaixou a oposição (controvérsia do nascimento de Obama; Hillary Clinton uma criminosa – “tranque-a”). O estilo de Trump era incomum entre os presidentes dos EUA, mas segue uma fórmula familiar entre demagogos populistas (Peron, Chávez, Berlusconi – nos EUA, Huey Long, George Wallace) com a natureza de seu apelo e sua retórica humilhante, ofensiva e ameaçadora. Infelizmente, é uma fórmula que funciona.

As teorias da conspiração tiveram um papel especialmente importante na retórica e na influência de Trump. Com evidências suficientes para serem plausíveis, as teorias da conspiração criam medo e espalham desinformação, muitas vezes causando muitos danos. As teorias da conspiração têm uma história de décadas, datando pelo menos desde o estabelecimento da John Birch Society pelo empresário Robert Welch em 1958. A *Birch Society* foi um grupo conservador influente que vomitou teorias antigovernamentais e anticomunistas que promoveram o estilo paranóico na política americana (EVANS, 2011). As teorias da conspiração durante a Era Trump incluíam a controvérsia do nascimento de Obama; a teoria da conspiração *Q-anon*, de que os democratas do “*Deep State*” minaram Trump como um encobrimento de sua rede de sexo infantil; e a acusação de que os democratas promoveram e apoiaram uma eleição fraudulenta. Como Miller observa, “todos nós estamos presos na montanha-russa da imaginação política de Robert Welch, e não podemos sair (MILLER, 2022).

Acadêmicos, jornalistas e outros após a eleição e tendências subsequentes documentaram “o efeito

Trump” – lábios soltos, aumento de crimes de ódio, bode expiatório de diversas comunidades, aumento do sentimento anti-governo e grupos de ódio (*Proud Boys, Oath Keepers* – mais poder para grupos marginais antidemocráticos via tecnologia, mídia social) e instigou o crescimento da culpabilização de outros, pessoas de cor e imigrantes (COSTELLO, 2016). Essas tendências e as mentiras de Trump sobre uma eleição fraudulenta levaram a uma insurreição na capital do país em 6 de janeiro de 2021 e interromperam ou interromperam o progresso em uma ampla gama de questões de guerra cultural na sociedade e nas escolas.

Políticas Educacionais de Trump

Durante a maior parte de seu mandato, a política de Trump para a educação foi marcada pela deferência aos estados e uma reversão da supervisão federal na aplicação da Lei de Todos os Estudantes (*Every Student Succeeds Act* – ESSA) em uma série de frentes políticas na educação, incluindo equidade e financiamento. Para o Departamento de Educação dos EUA (*Department of Education* – DOE) e outras agências federais, a ascensão de Trump ao poder foi uma “tomada hostil” que acelerou a mudança para um papel dominante para os estados, acompanhada por um recuo de um forte papel federal na equidade para minorias, mulheres, transgêneros e deficientes (THOMPSON, et al., 2020, p. 153). A maioria das áreas continuou o uso de testes estaduais como instrumento de política e como um obstáculo para escolas e professores, embora os esforços para a melhoria da escola tenham variado muito (WONG, 2020). As políticas de Trump continuaram o movimento em direção à privatização, escolha e educação para o desenvolvimento do capital humano, apoiando reformas que podem ser atribuídas em parte ao memorando de Powell e seu apelo ao ativismo conservador (POWELL, 1971). As políticas educacionais de Trump também continuaram a apoiar escolas charter e escolhas escolares – vistas pelos críticos como desmantelamento da educação pública para o bem comum – o que poderia resultar em um movimento significativo em direção ao uso de fundos públicos para escolas privadas e religiosas (SAVAGE, 2021).

Escolha: Retórica e Realidade. Nas últimas décadas, pelo menos desde a década de 1960, testemunhamos um crescimento no uso dos poderes executivo, administrativo e político presidencial sobre a política educacional. Embora a política educacional nunca tenha sido uma alta prioridade, Trump usou uma forte dependência de ferramentas executivas e administrativas para promover seus objetivos. A eleição de Trump sinalizou uma mudança em direção a uma maior flexibilidade para os estados, diminuição da influência federal sobre direitos civis e questões de equidade, expansão da escolha para incluir mais escolas públicas e privadas e uma abordagem “altamente deferente” à implementação da política federal e administração da ESSA. O governo Trump se concentrou menos na legislação e mais nas ações executivas e administrativas, em parte porque não viu muitas oportunidades de marcar pontos com sua base de apoiadores. Pouco depois de assumir o cargo, o governo Trump começou sua busca para reduzir o papel federal na educação K-12. O governo usou ordens executivas e administrativas para reverter as posições políticas de Obama em uma ampla gama de áreas, incluindo imigração, trabalho, meio ambiente e escolas (WONG, 2020).

A Ordem Executiva 13.791 buscou “proteger e preservar o controle estadual e local sobre o currículo,

programa de instrução, administração e pessoal” nas escolas (TRUMP, 2017, 26 de abril). Em abril de 2017, Trump autorizou Betsy DeVos, uma defensora de escolha que Trump nomeou Secretária de Educação, para revisar os regulamentos federais e as regras administrativas que “minam a autoridade estadual e local”. Isso significou uma mudança na política de pelo menos três maneiras: reverter as políticas federais sobre equidade; enfraquecimento da supervisão do nível federal; e tomar a iniciativa de ampliar a escolha (WONG, 2020, p. 426). Betsy DeVos era conhecida como uma defensora conservadora da educação, empresária, filantropa e uma forte defensora da escolha.

O apoio federal à equidade educacional tem uma longa história, desde a guerra contra a pobreza na década de 1960 e grandes programas da sociedade até as ações administrativas de Obama abordando a lacuna de desempenho, apoiando os direitos civis, lutando contra a discriminação de gênero, avançando os direitos LGBT e os direitos das pessoas com deficiência. A partir de 2017, o governo Trump usou a Lei de Revisão do Congresso para reduzir a autoridade federal, reduzindo os regulamentos que exigiam responsabilidade do estado. Em março de 2017, a secretária DeVos enviou uma carta ao Conselho de Diretores de Escolas Estaduais afirmando que o governo federal exigiria “apenas descrições, informações, garantias e outros materiais que fossem absolutamente necessários”. Posteriormente, o Escritório de Direitos Civis (*Office for Civil Rights – OCR*) do DOE parou de exigir que os estados relatassem dados sobre estudantes em uma ampla gama de áreas relacionadas à equidade de direitos civis, incluindo participação em exames de equivalência do ensino médio, certificação de professores e participação de alunos em aulas de ciência da computação, Wi -Acesso Fi em todas as salas de aula, investigações sobre violações de direitos civis e disciplina não discriminatória (WONG, 2020, p. 428). A administração enfraqueceu a supervisão federal da ESSA. A Lei de Revisão do Congresso foi empregada mais de 15 vezes durante os anos Trump e foi usada para apoiar a contenção de DeVos na aplicação e implementação da ESSA. DeVos e DOE sob Trump afrouxaram os padrões de conformidade no Título 1 que estavam em vigor para garantir que os serviços chegassem aos alunos pretendidos. As escolas foram autorizadas a alocar dinheiro sem levar em conta o Título 1. Assim, a implementação e o cumprimento variaram de acordo com o estado.

Trump e DeVos “empurraram o envelope” ao defender a escolha da escola e criaram uma defesa persistente para a expansão da escolha, especialmente ao disponibilizar ajuda federal para escolas religiosas (THOMPSON, et al., 2020, p. 151). Trump emitiu proclamações regulares declarando “Semana Nacional da Escolha Escolar” e “Semana Nacional das Escolas Charter²” e aumentou as alocações para programas de apoio à escolha da escola de US\$ 440 para US\$ 500 milhões (TRUMP, 2017). Trump usou seus discursos sobre o Estado da União para defender a escolha. Mais tarde, ele emitiu ordens executivas pedindo ao Congresso que apropriasse fundos para a Lei de Bolsas e Oportunidades de Liberdade de Educação (TRUMP, 2020, 28 de dezembro) e abrindo dólares federais para vouchers de escolas particulares durante a pandemia (STRATFORD, 2020). Trump e DeVos mantiveram um ritmo constante de retórica apoiando a escolha e criaram um movimento significativo, como evidenciado por pelo menos 23 documentos nos jornais

2 Nota do tradutor: Escola Charter é uma escola que recebe financiamento do governo, mas opera independentemente do sistema escolar estadual estabelecido em que está localizada. Ela é considerada independente no sentido de que opera de acordo com o princípio básico da autonomia para prestação de contas, porém está livre das regras.

de Trump mencionando a escolha, abrangendo mais de quatro anos. A questão da escolha, e a legalidade de um mecanismo backdoor para criá-la por meio de créditos fiscais estaduais para bolsas de estudos, pode estar na agenda da Suprema Corte dos EUA em um futuro próximo (SAVAGE, 2021).

Os republicanos promoveram o *Educational Freedom Scholarship and Opportunity Act* (Lei de Bolsas e Oportunidades de Liberdade Educacional), que criaria US\$ 5 bilhões em créditos fiscais para apoiar os estados no uso de fundos estaduais para vouchers que poderiam ser usados em escolas particulares, incluindo aquelas com afiliação religiosa. Durante os anos Trump, mais estados (29) criaram vouchers que permitiam que os pais recebessem créditos fiscais para mensalidades em escolas particulares, diminuindo a causa da escolha de escolas particulares, especialmente nos estados republicanos. O público em geral apoiou a escolha (EDUCATION NEXT, 2018), e os pais de comunidades minoritárias tiveram preferência por escolas charter. No entanto, educadores, administradores e líderes de escolas estaduais geralmente não apoiavam programas que reduzissem os fundos para escolas públicas.

Outro ponto importante na política de Trump foi dar deferência aos estados no desenvolvimento e execução dos planos da ESSA. Ao revisar os planos estaduais, o DOE ofereceu apenas pequenas sugestões e comentários. No entanto, os planos estaduais diferiram significativamente em termos de requisitos de responsabilidade, planos para melhoria escolar baseada em evidências e em seu compromisso com a equidade. A deferência aos estados foi apoiada por líderes do Congresso, incluindo o senador Lamar Alexander (R-TN), um dos principais arquitetos da ESSA, e o deputado Todd Rokita (R-IN). Antes de receber a aprovação, 16 estados receberam *feedback* sobre seus planos e apenas 4 de 16 responderam. A maioria simplesmente ignorou os comentários, mas ainda assim recebeu aprovação. Em setembro de 2018, todos os 50 estados e DF receberam a aprovação dos planos ESSA, sugerindo fortemente um alto nível de deferência federal. De fato, dois revisores relataram que ficaram “impressionados com a aprovação geral de todos os planos, mesmo aqueles que permaneceram em conflito com algumas objeções da lei”. Em essência, a política de deferência deixou as recompensas e punições para trás e permitiu que os estados construíssem seus próprios planos para rastrear a responsabilidade em uma série de questões (WONG, 2020, p. 435). Quanto à equidade, a política permitiu que os estados seguissem seu próprio caminho e diminuiu os incentivos para que os estados abordassem ativamente os problemas enfrentados por estudantes de baixa renda e minorias raciais e étnicas. A implementação variou de acordo com o estado, assim como os relatórios sobre o progresso e a melhoria da escola. Os relatórios sobre o desempenho dos alunos eram irregulares. 80% dos estados não forneceram dados desagregados por pelo menos um subgrupo e 40% não desagregaram dados por gênero. A administração também adotou uma abordagem mais relaxada e deferente nas informações financeiras no nível da escola – apenas cerca de um em cada quatro estados relatou dados, o que significa que o objetivo de um financiamento escolar mais equitativo foi amplamente deixado de lado.

Em relação aos esforços de melhoria escolar baseada em evidências, os estados agora escolheriam suas próprias estratégias de intervenção, sem nenhum senso nacional de urgência para reverter as escolas de baixo desempenho. O resultado foi que “apenas alguns estados lançaram intervenções de recuperação escolar baseadas em evidências” (WONG, 2020, p. 439). Isso significava que, em vez da “inundação de inovação” anunciada pela ESSA, o nível de inovação se transformaria em gotas. DeVos e DOE deram apoio retórico à inovação, mas pouco em termos de orientação política ou assistência técnica. Os estados estavam por conta

própria e algumas inovações piloto na avaliação dos alunos. Como observou um observador, a política representou um retrocesso em relação às metas anteriores de inovação e melhoria (MCGUINN, 2019).

A política de deferência e flexibilidade do governo Trump parecia ter “o efeito de retardar as ações do Estado”, especialmente em questões de equidade (WONG, 2020, p. 441). As isenções pandêmicas trouxeram ainda mais flexibilidade. A Lei CARES (*Coronavirus aid and relief* – ajuda e alívio do coronavírus) incluiu vários trilhões de dólares em ajuda e US \$ 16 bilhões para assistência emergencial K-12. A lei também incluiu isenções temporárias dos requisitos da ESSA em relação a testes, aprendizado remoto, graduação etc. – tudo isso parece consistente com o apoio da administração à escolha. Enquanto o governo Obama usou isenções e incentivos da NCLB (*No Child Left Behind*) para incentivar os estados a adotarem os *Common Core State Standards*³ (CCSS), melhorias na avaliação de professores e outros requisitos, Trump moveu a política educacional na direção oposta, criando maior flexibilidade, menor supervisão federal e apoio para escolha de escolas públicas e privadas por meio de retórica e “bolsas de estudo”. O efeito líquido foi enfraquecer tanto a responsabilização quanto o movimento em questões de equidade (WEISS e MCGUINN, 2017). No currículo, a deferência política aos estados foi quase total, mas com o governo apoiando uma forma superficial de patriotismo conservador e, como veremos, oferecendo oposição retórica ao ensino crítico e CRT durante a temporada eleitoral de 2020.

Política Curricular e Influência - Alimentando Controvérsia sobre Raça

Trump fez campanha em sua oposição à Base Comum e seu apoio à Escolha. Embora ele tenha emitido uma ordem executiva encerrando o suporte à Base Comum (TRUMP, 2017, 26 de abril), parece ter pouco impacto. A política de currículo educacional na maioria das áreas é controlada pelos estados. No entanto, sua influência mais impactante nas escolas foi provavelmente sua influência em alimentar a controvérsia sobre o TCR nas escolas – o legado de Trump mais prejudicial e eficaz que impactou os estados em 2021. Como muitas controvérsias curriculares anteriores, essa era uma controvérsia apenas esperando para acontecer, o resultado de pressões que se acumularam ao longo de muitos anos.

O currículo escolar, e os estudos sociais em particular, estão sujeitos a lutas entre grupos concorrentes com diferentes interpretações do modo americano e visões concorrentes do futuro. Em um trabalho anterior, chamei essas batalhas de “guerras dos estudos sociais”, um subconjunto das guerras culturais focadas nas escolas. As lutas sobre o currículo fazem parte do cenário da escolarização. Em vários momentos, eles provocaram controvérsias em distritos escolares locais em todo o país, evoluíram para controvérsias em todo o país e trouxeram o fim das inovações educacionais no que parece uma batalha sem fim sobre o que ensinar nossas crianças (EVANS, 2004).

Conferência da Casa Branca. A Conferência da Casa Branca de Trump sobre o Ensino da História Americana e o subsequente *Relatório da Comissão de 1776* apoiaram o excepcionalismo americano, denunciou o multiculturalismo, refletiu as críticas de décadas anteriores e alimentou a controvérsia sobre a

3 Nota do Tradutor: a tradução mais aproximada seria Base Comum dos Padrões Estaduais, algo próximo do que foi proposto no Brasil com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a nível nacional.

CRT. Em seus últimos meses no cargo, Trump usou questões escolares e a controvérsia da TCR para aumentar o medo e alimentar a controvérsia sobre questões raciais. A Conferência da Casa Branca foi convocada em parte em um esforço para combater o Projeto 1619, um empreendimento desenvolvido pela jornalista Nikole Hannah-Jones e escritores do *New York Times* e da *NYT Magazine* que visava “reenquadrar a história do país colocando as consequências da escravidão e as contribuições dos negros americanos no centro da narrativa nacional dos Estados Unidos.” (PROJETO, 2019). O projeto gerou polêmica e debate entre historiadores e especialistas e oposição de conservadores.

A conferência da Casa Branca concentrou-se no ensino “patriótico” da história americana. A essência da conferência foi o apoio à educação patriótica, o ensino do excepcionalismo americano e a crítica à educação multicultural (PRESIDENT’S COMMISSION, 2021). A conferência e o relatório foram uma declaração inequívoca da posição do governo na crescente batalha sobre que tipo de estudos sociais deveriam ser ensinados nas escolas, e desenvolvidos concomitantemente com a iminente controvérsia sobre a TCR. Como percebido por um observador, “É realmente sobre: Como as pessoas pensam sobre a América e como isso é traduzido em nossas escolas... É uma guerra por procuração” (UJIFUSA, 2020).

A Controvérsia Sobre a Teoria Crítica da Raça. Embora a educação, e especialmente o currículo, tenha sido em grande parte uma questão em segundo plano durante a maior parte da presidência de Trump, em seu último ano no cargo, durante a campanha eleitoral, Trump emitiu um decreto administrativo interrompendo oficinas patrocinadas pelo governo focadas em treinamento de sensibilidade multicultural, publicou tweets, e fez declarações condenando o uso de TCR nas escolas. Tudo isso jogou para a base de apoiadores de Trump. O papel de Trump era amplificar uma controvérsia que já estava se formando e usá-la para fins políticos partidários.

TCR é um conceito acadêmico com origens na bolsa de estudos legal do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Sustenta que a raça é uma construção social embutida no sistema legal e em outras instituições sociais, muitas vezes servindo para limitar os esforços de igualdade e desagregação. Padrões habitacionais segregados, influenciados por marcações da década de 1930, são um excelente exemplo. A influência da TCR se espalhou por muitas disciplinas acadêmicas, incluindo sociologia, teoria literária, humanidades, ciências sociais e educação (SAWCHUCK, 2021). A jurista Kimberle Crenshaw a descreve como uma teoria que “explora como a desigualdade racial foi historicamente estruturada no tecido da república, reforçada pela lei, isolada pela Constituição fundadora e incorporada à infraestrutura da sociedade americana” (CRENSHAW, 2022). O crescimento exponencial do TCR na escrita e pesquisa educacional, liderado por Gloria Ladson-Billings e outros, criou uma importante linha de estudos (LADSON-BILLINGS e TATE, 1995; DIXSON, et al., 2018). No entanto, sua influência no currículo e nas salas de aula é muito mais difícil de documentar e está sujeita a debate.

Origens. A recente controvérsia sobre a TCR teve suas origens no trabalho de alguns indivíduos pouco conhecidos. Após a morte de George Floyd e os protestos subsequentes na primavera e no verão de 2020, Christopher Rufo, do *Manhattan Institute*, um *think tank* conservador, escreveu uma série de artigos criticando os treinamentos obrigatórios de diversidade de funcionários em agências federais em Seattle. Um funcionário de uma agência que recebe fundos federais documentou o treinamento anti-preconceito e enviou um relatório a Rufo, que reconheceu uma oportunidade política. Por meio de solicitações da Lei de Liberdade

de Informação (*Freedom of Information Act* – FOIA), Rufo obteve apresentações de slides e currículos dos treinamentos. Os funcionários foram divididos por grupos raciais para as sessões, que incluíam títulos como “Bem-vindo: superioridade racial internalizada para pessoas brancas” e “O que fazemos no espaço de pessoas brancas”. Rufo publicou um resumo de suas descobertas no site do *Manhattan Institute* e escreveu: “Sob a bandeira do 'anti-racismo', o Escritório de Direitos Civis de Seattle agora está endossando explicitamente os princípios de segregação, culpa baseada em grupo e essencialismo racial, conceitos feios que deveriam ter sido deixados para trás há um século” (WALLACE-WELLS, 2021, p. 3).

As histórias de Rufo foram amplamente lidas e inspiraram mais vazamentos. No artigo inicial, ele escreveu:

Em termos conceituais, a cidade enquadra a discussão em torno da ideia de que os americanos negros são redutíveis à qualidade essencial de 'negritude' e os americanos brancos são redutíveis à qualidade essencial de 'branquitude' - isto é, a nova metafísica do bem e do mal. faz parte de um movimento nacional para fazer desse tipo de política de identidade a base de nosso discurso público. Pode estar chegando em breve a uma cidade ou vila perto de você. (HARRIS, 2021, p. 6).

Embora seu artigo inicial não incluísse a frase “Teoria Crítica da Raça”, um artigo subsequente começava com “Teoria crítica da raça - o discurso acadêmico centrado nos conceitos de 'branquitude', 'fragilidade branca' e 'privilegio branco' - é se espalhando rapidamente pelo governo federal” (RUFO, 2020). Os informantes enviaram documentos adicionais a Rufo, que notou que frequentemente faziam referência a obras antirracismo de Ibram X. Kendi e Robin DiAngelo. Rufo leu as notas de rodapé e encontrou os documentos frequentemente citados por TCR e estudiosos específicos, notadamente Kimberle Crenshaw e Derrick Bell. Os estudiosos da TCR argumentaram que a supremacia branca do passado sobreviveu nas leis e normas sociais do presente. O dilema racial americano baseava-se não apenas no preconceito, mas enraizado em “desvantagens estruturadas que se estendiam por toda a sociedade americana”. A tese de Rufo era que os treinamentos de sensibilidade racial patrocinados pelo governo eram uma expressão de uma “ideologia distinta”, TCR, “com raízes radicais operando por trás da cortina”. Rufo encontrou links em notas e documentos para as sementes da TCR em textos de teoria crítica “radicais, muitas vezes explicitamente marxistas”. Ele encontrou links para Angela Davis, uma estudante de doutorado de Herbert Marcuse, e citou a visão de Kendi de que o antirracismo “não era possível sem o anticapitalismo”. Rufo foi citado no *The Atlantic* no final de maio de 2021, “A teoria crítica da raça é o vilão perfeito... É o rótulo que os teóricos críticos escolheram para si mesmos” (WALLACE-WELLS, 2021, p. 4).

Em 2 de setembro de 2020, Rufo apareceu no programa do apresentador conservador Tucker Carlson na Fox News. Durante essa aparição, Rufo argumentou que o TCR estava “se espalhando rapidamente” nos treinamentos do governo federal e estava sendo “armado contra os americanos”. Rufo sugeriu que os treinamentos culpavam os brancos por questões raciais. Muitos sentiram que foram injustamente culpados ou responsabilizados apenas por serem brancos. Era, na visão deles, uma forma de racismo “anti-branco”. Rufo convocou Trump a proibir tais treinamentos por meio de ordem executiva, pedindo-lhe “para erradicar

essa ideologia pseudocientífica e divisiva destrutiva” (WALLACE-WELLS, 2021, p. 5). Na manhã seguinte, Rufo recebeu uma ligação do chefe de gabinete de Trump, Mark Meadows, que afirmou que o presidente viu sua aparição e “me instruiu a tomar providências”. Rufo voou para o DF para ajudar a redigir a ordem executiva. Em 5 de setembro, Trump emitiu vários tweets e retweets condenando o TCR e a disseminação do que os tweets chamam de “propaganda antiamericana” nas escolas e faculdades do país (TRUMP, 2020, 5 de setembro).

Pouco tempo depois, Trump emitiu a “Ordem Executiva 13950 - Combate à Estereotipagem Racial e Sexual”, limitando como os contratados federais poderiam falar sobre raça e encerrando temporariamente as sessões de treinamento de diversidade (TRUMP, 2020, 22 de setembro). A ordem foi contestada imediatamente no tribunal pelas organizações sem fins lucrativos que fornecem o treinamento e, em dezembro de 2020, um juiz federal bloqueou a ordem. Posteriormente, o presidente Biden rescindiu a ordem no dia em que assumiu o cargo (HARRIS, 2021). Anteriormente, Trump fez comentários criticando a “doutrinação de esquerda” nas escolas, argumentando que os alunos foram “alimentados com mentiras sobre a América ser uma nação perversa atormentada pelo racismo”. Ele comentou sobre o TCR na Conferência da Casa Branca sobre o Ensino da História Americana, emitiu tweets sobre os danos causados e abordou o tema durante um debate presidencial (TRUMP, 2020). Na Conferência da Casa Branca, ele fez suas observações mais extensas sobre TCR:

Esta é uma doutrina marxista que sustenta que a América é uma nação perversa e racista... e que toda a nossa sociedade deve ser radicalmente transformada. Ensinar essa doutrina horrível para nossos filhos é uma forma de abuso infantil...

Não há força mais poderosa do que o amor de um pai por seus filhos. E mães e pais patrióticos vão exigir que seus filhos não sejam mais alimentados com mentiras odiosas sobre este país...

A teoria crítica da raça, o Projeto 1619 e a cruzada contra a história americana são propaganda tóxica, veneno ideológico que, se não for removido, dissolverá os laços cívicos que nos unem. Isso destruirá nosso país (TRUMP, 2020, 17 de setembro).

Do ponto de vista de Trump, esta foi uma jogada fácil na temporada eleitoral, outro uso da chamada “política de apito de cachorro” para irritar sua base. Rufo escreveu mais de duas dúzias de artigos baseados em documentos, ajudou no programa de Carlson intitulado “Woke Education” e aconselhou sobre a linguagem usada em mais de 10 projetos de lei nas legislaturas estaduais. Políticos, incluindo o governador da Flórida Ron DeSantis e Tom Cotton (R-AR) twittaram comentários sobre o TCR, emprestando frases de Rufo. Em outubro de 2020, seu trabalho levou à criação de uma “linha de dicas” por meio da qual recebeu milhares de exemplos de treinamentos antirracismo. Pediu-se aos alunos da terceira série em Cupertino, Califórnia, que “classificassem a si mesmos e a seus colegas de acordo com seus privilégios”; executivos do sexo masculino da Lockheed Martin realizaram um “retiro de branquitude” de 3 dias; uma iniciativa da Disney exortou os executivos a “descolonizar suas estantes”; um grupo de pais de destaque, Pais contra a

Teoria Crítica da Raça (*Parents Against Critical Theory*), no condado de Loudon, Virgínia, organizado por um ex-funcionário do departamento de justiça de Trump, relatou “evidências de humilhação” e culpa branca. Rufo comentou: “Há coisas psicológicas muito pesadas acontecendo aqui... (com) uma tensão marxista passando por isso... o par de destruição e utopia (WALLACE-WELLS, 2021, p. 7).

Kimberle Crenshaw, professora de direito da Columbia e da Universidade da Califórnia – Los Angeles (UCLA) que cunhou “TCR”, percebeu um padrão mais amplo que “não era novo ou surpreendente”. A própria reforma cria sua própria reação, que reconstitui o problema em primeiro lugar”. Ela chamou isso de “reação pós-George Floyd”, mas também observou que “a linha de scrimmage mudou”. (WALLACE-WELLS, p. 8). Para Rufo, os debates da TCR ofereceram aos conservadores uma forma de desafiar as agências estatais e uma burocracia “dominada pelos liberais”. Projetos de lei e leis estaduais que Rufo ajudou a redigir “restringiam como os professores de estudos sociais poderiam descrever eventos atuais para milhões de crianças de escolas públicas”. Para Rufo, era “missão cumprida” (WALLACE-WELLS, 2021, p. 9). Parecia que o TCR era um barril de pólvora – uma controvérsia esperando para acontecer, incendiada por um astuto ativista conservador cujo trabalho capturou a angústia do momento e inspirou outros.

Em outra faixa alimentando a controvérsia, no final da primavera até o outono de 2020, grupos de protesto surgiram em várias pequenas cidades, vilas e subúrbios em todo o país, alimentados pelos protestos de George Floyd, ativismo de *Black Lives Matter*, aparição de Rufo e a retórica inflamatória de Trump. Os protestos conservadores geralmente não ocorreram nos centros urbanos. Grupos arrecadaram dinheiro localmente e alguns ameaçaram com violência contra defensores de currículos de equidade, grupos antirracistas, membros do conselho escolar ou administradores. Muitos instalaram câmeras de segurança em suas casas. Em Nevada e Missouri, os distritos escolares contrataram guardas de segurança para patrulhar as casas de dois administradores. Multidões se reuniram em reuniões do conselho escolar no Texas, Virgínia e Califórnia, levando a reuniões online para evitar confrontos. O pensamento era: “há muito medo agora... alguém pode ir longe demais”. Houve mais iniciativas e petições de recall no primeiro semestre de 2021 do que em qualquer ano anterior por mais de duas décadas. Um punhado de administradores foi afastado (GROSS, 2021, p. 7).

Figuras republicanas correram para apoiar ativistas conservadores. Havia objetivos maiores em jogo - uma oportunidade para outro *Tea Party* como um onda de ativismo, construída sobre a frustração conservadora com a perda da presidência para Biden nas eleições de 2020, um lugar para canalizar frustração e energia. Muitos republicanos também tinham um senso de propriedade – era “seu conselho escolar, seu distrito” e essa era uma forma de envolver as pessoas no nível local e impulsionar os candidatos republicanos nas eleições de meio de mandato. O ex-conselheiro de Trump Steve Bannon, em um podcast, disse: “O caminho para salvar a nação é muito simples. Vai passar pelos conselhos escolares” (GROSS, 2021, p. 11).

Em junho de 2020, uma mãe em um subúrbio da Filadélfia, Elana Fishbein, notou as atividades de ensino “antirracistas” planejadas para a escola de seus filhos, *Gladwyne Elementary*, após os protestos de George Floyd, e escreveu uma carta ao Superintendente, reclamando que a escola e seus professores “planejam doutrinar as crianças na cultura 'acordada’”. Ela não obteve resposta. Posteriormente, ela fundou um grupo de pais, Nenhuma virada à esquerda na Educação (*No Left Turn in Education*). Ela também apareceu no programa Tucker Carlson. Após sua aparição, o número de membros do grupo passou de 200

para 30.000 em um dia. Tyler Kingade, um repórter investigativo do noticiário da NBC comentou, Tucker Carlson iniciou seu movimento: "Ele não sabe, mas sabia." (GROSS, 2021, p. 14).

Outras pequenas organizações de base surgiram. Um grupo nacional, Pais Defendendo a Educação (*Parents Defending Education*), ensinou pais em vários locais a serem ativistas, a arquivar solicitações de registros, a desenvolver kits de ferramentas de mídia, etc. A *Heritage Foundation* e *Citizens Renewing America* também publicaram kits de ferramentas. Um pequeno grupo, *Southlake Families PAC*, na área de Dallas/Fort Worth, arrecadou \$ 215.000 em 21 de abril de 2021 (HARRIS, 2021). No Tennessee, Mães pela Liberdade (*Moms For Liberty*) procurou proibir um livro infantil, Martin Luther King, Jr. e a Marcha em Washington, descrevendo suas descrições de racismo branco como uma forma de neo-racismo que traumatizaria crianças brancas (CRENSHAW, 2022). Havia muitos, muitos outros. A controvérsia foi ainda mais inflamada pela cobertura obsessiva do TCR na *Fox News* e em outras mídias conservadoras (*Breitbart News*, *The Daily Wire*, *Washington Free Beacon*, *NewsMax*, etc.). Tyler Kingade relatou que TCR foi abordado mais de 1.300 vezes na *Fox News* na primavera de 2021 (GROSS, 2021). Um professor da Universidade Estadual do Colorado encontrou até 750 artigos por semana na *Fox News* e *Breitbart*, e uma discussão consistente do tópico por meio de mídias sociais, como grupos GOP no Facebook (HARRIS, 2021). A mídia conservadora cobriu as atividades das organizações de pais contra os conselhos escolares e vazou vídeos de aulas em sala de aula demonstrando a influência do TCR nas escolas. Em um dos comentários mais inflamatórios, Michael Savage, da *NewsMax*, acusou a TCR de fazer aos brancos o que foi feito aos judeus na Alemanha, chamando-a de caminho para campos de extermínio para brancos por meio de "racismo anti-branco" (GROSS, 2021, pág. 15). Tudo isso estava acontecendo durante a pandemia do COVID-19, o que acrescentou um senso de urgência, até desespero.

ALEC, Heritage, e uma campanha crescente. À medida que a controvérsia crescia e ganhava cada vez mais atenção, grupos conservadores nacionais se envolveram, incluindo a *Heritage Foundation*, o *American Enterprise Institute*, a *Federalist Society*, o *Goldwater Institute*, o *Heartland Institute* e o *Manhattan Institute*. Muitos desses grupos conservadores recebem financiamento da Fundação Koch. O Conselho Legislativo Americano de Intercâmbio (*American Legislative Exchange Council* – ALEC) elaborou uma legislação modelo e começou a fazer lobby junto aos legisladores estaduais em estados conservadores para aprovar uma legislação contra o TCR nas escolas. Patrocinou webinars de treinamento durante o inverno de 2020-2021, incluindo um liderado por Rufo e Jonathan Butcher, da *Heritage Foundation* (ALEC, 2020). ALEC é um grupo de lobby que fornece legislação modelo e influencia legisladores estaduais, apoiado pelos bolsos profundos de ricos benfeitores corporativos e grupos conservadores (BARRETT, 1985; EVANS, 2015).

Por outro lado, vários grupos progressistas também emitiram declarações ou ofereceram apoio para o ensino significativo e discussão de raça e outros tópicos difíceis nas escolas, incluindo a Organização dos Historiadores Americanos, a Associação Histórica Americana, a Associação Americana de Advogados, *Common Cause*, *MoveOn.org*, Repensando as Escolas e o Conselho Nacional de Estudos Sociais (GEORGE, 2021; NCSS, 2021).

Censurando professores e escolas. No final de janeiro de 2022, pelo menos 13 estados aprovaram leis contra o ensino de TCR nas escolas ou restringiram a forma como professores e escolas abordam racismo,

sexismo e outros tópicos delicados (LOLLER e CORONADO, 2021; POLLOCK e ROGERS, 2022). Em outros estados, líderes burocráticos, como procuradores-gerais estaduais e conselhos estaduais de educação, emitiram ordens executivas ou administrativas para acabar com o uso de TCR nas escolas.

De acordo com *Chalkbeat*, até julho de 2021, 28 estados haviam feito esforços para “restringir a educação sobre racismo, preconceito, contribuições de grupos raciais específicos para a história dos EUA ou tópicos relacionados” (STOUT e LEMEE, 2021). De acordo com um estudo, 36 estados fizeram esforços para restringir a educação sobre racismo, as contribuições de grupos raciais específicos para a história dos EUA ou tópicos relacionados (POLLOCK e ROGERS, 2022). Os defensores da liberdade de expressão dizem que as leis não serão válidas. Como argumentou um observador, “o objetivo real é afugentar empresas, escolas, agências governamentais” e “limitar ou encerrar a discussão do racismo sistêmico” (HARRIS, 2021, p. 7).

O impacto das leis estaduais e ordens administrativas depende muito do contexto e é mais provável que seja sentido em áreas conservadoras. Para professores e administradores nas escolas locais, o resultado às vezes é perplexidade, deixando muitos se perguntando: “O que isso significa?” A controvérsia e a enxurrada de leis e ações administrativas significa que a controvérsia do TCR causou calafrios nas escolas do país, fazendo com que muitos professores, especialmente em áreas conservadoras, se abstenham de ensinar tópicos relacionados a raça, gênero, classe social, ou qualquer coisa que possa ser vista como controversa. Um relatório estima que 35% dos alunos em escolas K-12 foram impactados (POLLOCK e ROGERS, 2022). A controvérsia e os eventos de 6 de janeiro estão colocando os professores “na linha de frente da guerra cultural da América”, com professores realizando uma variedade de ações em resposta a um contexto em que seu sustento pode ser colocado em risco. Depois que os professores entraram em contato com a Federação Americana de Professores, o sindicato processou o estado de New Hampshire por causa dos limites impostos à discussão de racismo e outros tópicos (HOLLINGSWORTH, 2022, A2).

A influência da incursão de Trump nas guerras culturais no ensino sobre raça variou de acordo com o estado. Em alguns estados, os esforços para ensinar sobre raça e racismo aumentaram, com 15 estados buscando expandir o tratamento curricular (STOUT & LEMEE, 2021). Na Califórnia, por exemplo, o estado aprovou a exigência de um curso de Estudos Étnicos para todos os alunos do ensino médio (BLUME & GOMES, 2021). A controvérsia do TCR e a instituição de leis e ordens administrativas que interferem no ensino sobre raça restringem a liberdade acadêmica nas escolas e podem repercutir por anos. Já está levando a desafios aos padrões estaduais em estados que estão passando por um processo de revisão (SAWCHUK, 2022). Leis restritivas e ordens administrativas provavelmente levarão a desafios adicionais e processos judiciais. Resta saber como a controvérsia se desenrolará ao longo do tempo.

Antecedentes históricos e comparações. O que está por trás da controvérsia TCR? O currículo de estudos sociais nas escolas americanas é contestado por vários grupos com diferentes visões de mundo, diferentes orientações ideológicas e visões concorrentes do futuro da América. Como Kliebard observou, as lutas sobre o currículo escolar representam um contínuo jogo de moralidade (KLIEBARD, 1986). Novas tendências durante o governo Trump espelham velhas controvérsias – sobre os livros didáticos de Harold Rugg na década de 1940; sobre MACOS (*Man: A Course of Study*) e outros programas inovadores na década de 1970, e outras lutas semelhantes. A controvérsia de Rugg levou à remoção de uma popular série de livros

didáticos das escolas do país e, de fato, à censura dos estudos sociais (EVANS, 2007; FRANK e LAATS, 2021). As controvérsias dos anos 1970 sobre novos currículos podem ser mais úteis para comparação porque o contexto e os grupos envolvidos são um tanto semelhantes. A controvérsia sobre o MACOS envolveu fundações conservadoras ativistas recém-criadas, teorias da conspiração e a John Birch Society, afirmando que o “humanismo secular” estava por trás dos novos materiais e recebendo apoio governamental impróprio (EVANS, 2011). A controvérsia de Tucson sobre os Estudos Mexicano-Americanos (*Mexican American Studies* – MAS), em 2010-2011, após o qual o MAS foi removido das escolas do Arizona, também é diretamente comparável e incluiu uma “lista de alvos” de livros e materiais direcionados preenchidos pelas obras de Paulo Freire, Howard Zinn, Repensando Escolas, e outros (EVANS, 2015). A ascensão do populismo de direita está levando a controvérsias semelhantes no Brasil e em outras nações.

Do ponto de vista aéreo, o padrão repetitivo das guerras dos estudos sociais é de inovação, iniciativas e as recentes “novas” ideias seguidas de controvérsia, crítica e, às vezes, censura. É um padrão que parece interminável – uma parte da natureza da educação em uma sociedade “democrática” na qual as escolas estão sujeitas a um clima político em constante mudança.

A democracia está em perigo? O desafio para as escolas

A insurreição de 6 de janeiro e a ascensão de um Presidente com tendências autocráticas que, sem provas credíveis significativas, contestou os resultados do processo eleitoral presidencial de 2020, levanta questões sobre a fragilidade da democracia americana. Até que ponto nossa república democrática está ameaçada? Qual é o desafio para as escolas em relação à educação democrática? Que papel as escolas e os professores devem desempenhar durante esses tempos tumultuados?

Alguns analistas sugerem que é raro um único evento, como um golpe militar, acabar com a democracia. Levitsky e Zablatt, em *Como as Democracias Morrem* (*How Democracies Die*), argumentam que as democracias morrem por normalizar o autoritarismo e as teorias da conspiração e por não responsabilizar os líderes (LEVITSKY e ZABLATT, 2018). O Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (*International Institute for Democracy and Electoral Assistance*) recentemente classificou os Estados Unidos como uma “democracia em retrocesso”, afirmando que a ameaça é “interna” e observando que os EUA estão “implodindo lentamente” (GRANDERSON, 2021). Como sugere Anne Applebaum, “é possível que já estejamos vivendo o crepúsculo da democracia” (APPLEBAUM, 2020, p. 185).

Os fatos sugerem que, embora a estrutura do governo americano e o processo eleitoral tenham sobrevivido a uma tentativa de golpe em 6 de janeiro, um ataque ao processo democrático, às eleições e ao direito de voto continua e pode repercutir por anos. Da mesma forma, enquanto escolas e professores continuam em grande parte com seus negócios como sempre, prejudicados por uma pandemia global, a influência do populismo de direita, incorporada na controvérsia da TCR, enviou um calafrio por todo o país, um calafrio sentido mais fortemente pelos professores de estudos sociais. A mensagem aos professores em estados e comunidades conservadoras era simples e direta: se você ensina sobre raça ou outras questões potencialmente controversas do passado ou do presente, pode enfrentar uma reação negativa. Você pode até

perder o emprego. Isso não é um bom presságio para a educação democrática ou para o futuro da democracia.

O Desafio das Escolas. A influência do populismo de direita ameaça as normas, valores e processos democráticos. Ameaça o processo eleitoral e a livre e aberta troca de ideias necessária para o florescimento da democracia. Os impulsos gêmeos da política educacional de Trump, escolha e privatização, por um lado, e redução do currículo, por outro, são uma continuação das tendências de longo prazo dos conservadores. No entanto, a retórica e as atividades desta época elevaram a ameaça às normas democráticas a um novo nível. As leis aprovadas restringindo o ensino sobre raça e outros tópicos potencialmente controversos, causaram um calafrio em todo o país, levando professores em comunidades e estados conservadores a se autocensurar e restringir a discussão de uma série de tópicos que podem ser vistos como controversos.

Em uma visão histórica mais ampla, a imagem pública da escola mudou nos últimos anos de panaceia para bode expiatório. Durante grande parte do século 20, as escolas foram vistas como uma instituição de progresso, trazendo oportunidades e avanços educacionais para os cidadãos da nação. Durante a era da reforma da responsabilidade, de *A Nation at Risk* (1983) até o presente, a percepção das escolas foi construída sobre uma mentalidade de bode expiatório e o mito de escolas públicas “fracassadas”. As políticas da era Trump e suas consequências refletem essa mudança, especialmente a controvérsia do TCR e a ênfase na escolha, como um remédio para escolas “reprovadas”.

Na esteira da contínua controvérsia sobre o TCR, o desafio para os educadores é educar a mente crítica e aberta usando a sala de aula e o currículo como um local para examinar questões cruciais do passado e do presente. Isso significa examinar abertamente questões e questões persistentes, considerar alternativas, reunir e estudar evidências relevantes, pesar as consequências e desenvolver conclusões fundamentadas. Significa recorrer à história e às ciências sociais como fontes importantes de evidências e desenvolver abordagens dialógicas para o ensino que sejam relevantes e significativas. Significa professores pedindo a seus alunos que discutam a pergunta: “O que você acha?” (RUGG, 1956).

Para que um processo educacional democrático prospere, a liberdade acadêmica é uma condição necessária. Isso significa estar sempre vigilante na causa da liberdade acadêmica, com o apoio de organizações como *National Council for the Social Studies* (NCSS), *American Civil Liberties Union* (ACLU), *American Bar Association* (ABA), *Southern Poverty Law Center* (SPLC). Significa verificar regularmente os fatos da retórica de políticos e comentaristas de direita. Mentiras, teorias da conspiração, propaganda, descaracterização e insinuações devem ser desafiadas e combatidas com fatos estabelecidos.

A ascensão do populismo de direita, a influência de teorias da conspiração, a popularidade desenfreada de um político e ex-presidente que ignora os fatos e lidera com tendências autocráticas são desenvolvimentos preocupantes. O trabalho dos educadores democráticos ao longo dos anos oferece sugestões sobre o caminho a seguir (EVANS, 2021). De John Dewey e Harold Rugg ao trabalho de educadores mais recentes, os professores podem aprender a implementar efetivamente uma forma de educação democrática deliberativa orientada para a investigação e centrada em questões nas salas de aula. É importante. O futuro da nossa democracia pode estar em jogo.

References

- American Legislative Council (ALEC). (2020). **Against critical theory's onslaught: Reclaiming education and the American dream**, Available in: <https://alec.org/article/reclaiming-education-and-the-american-dream-against-critical-theorys-onslaught/> Accessed in 26/09/2022
- APPLEBAUM, Anne. **Twilight of democracy: The seductive lure of authoritarianism**. New York: Doubleday, 2022.
- BARRETT, Nanette. **Education source book: The state legislators guide for reform**. Washington, DC: American Legislative Exchange Council, 1985.
- BLUME, Howard, and GOMES, Melissa. **Governor signs ethnic studies bill**. Available in: https://enewspaper.latimes.com/infinity/article_share.aspx?guid=149a77d5-ab2c-49c3-8676-c8266d8dd98a Accessed in 26/09/2022
- COSTELLO, Maureen B. **The Trump effect: Impact of the presidential campaign on our nation's schools**. Montgomery, AL: Southern Poverty Law Center, 2016.
- CRENSHAW, Kimberle. **King was an early critical race theorist**, Available in: https://enewspaper.latimes.com/infinity/article_share.aspx?guid=69e0d0de-a221-4053-a8dc-320dd5a8639a Accessed in 26/09/2022
- DIXSON, Adrienne D., GILBORN, David, LADSON-BILLINGS, Gloria, PARKER, Lawrence, ROLLOCK, Nicola, and WARMINGTON, Paul. **Critical race theory in education, Volume 1: The tenets of critical race theory in education**. London and New York: Routledge, 2018.
- EDUCATION NEXT. (2018). **National poll on education issues**. Available in: <https://www.educationnext.org/2018-ednext-poll-interactive/>
- EVANS, Ronald W. **The social studies wars: What should we teach the children?** New York: Teachers College, 2004.
- EVANS, Ronald W. **The tragedy of American school reform: How curriculum politics and entrenched dilemma have diverted us from democracy**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- EVANS, Ronald W. **This happened in America: Harold Rugg and the censure of social studies**. Charlotte, NC: Information Age, 2007.
- EVANS, Ronald W. **Schooling corporate citizens: How accountability reform has damaged civic education and undermined democracy**. New York: Routledge, 2015.
- EVANS, Ronald W. (Ed). **Handbook on teaching social issues**, 2nd edition. Charlotte, NC: Information Age, 2021.
- FRANK, Gillian, and LAATS, Adam. **The critical race theory panic is a chip off the old block**. Available in: <https://slate.com/news-and-politics/2021/06/critical-race-theory-curriculum-panics-history.html> Accessed in 26/09/2022
- GRANDERSON, Elzie Lee "LZ". **This, future historians, is how it all unravels**, Available in: <https://www.latimes.com/opinion/story/2021-12-22/this-future-historians-is-how-it-all-unravels> Accessed in 26/09/2022.

- GEORGE, Janel. **A lesson on critical race theory.** Available in: https://www.americanbar.org/groups/crsj/publications/human_rights_magazine_home/civil-rights-reimagining-policing/a-lesson-on-critical-race-theory/ Accessed in 26/09/2022.
- GROSS, Terry. **Uncovering who is driving the fight against critical race theory in schools,** Available in: <https://www.npr.org/2021/06/24/1009839021/uncovering-who-is-driving-the-fight-against-critical-race-theory-in-schools> Accessed in 26/09/2022
- HARRIS, Adam. **The GOP’s ‘critical race theory’ obsession,** Available in: <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2021/05/gops-critical-race-theory-fixation-explained/618828/> Accessed in 26/09/2022.
- HOLLINGSWORTH, Heather. **Teachers are on the front lines of America’s culture war,** Available in: <https://www.latimes.com/world-nation/story/2022-01-04/teachers-at-culture-war-front-lines-with-jan-6-education> Accessed in 26/09/2022
- HOWELL, William G. and MOE, Terry M. **Presidents, populism, and the crisis of democracy.** Chicago: University of Chicago, 2020.
- KLIEBARD, Herbert. **Struggle for the American curriculum, 1895-1986.** London: Routledge, 1986.
- LADSON-BILLINGS, Gloria, and TATE, William. Toward a critical race theory of education. **Teachers College Record**, v. 97, n. 1, p. 47-68, 1995.
- LEVITSKY, Stephen, and ZABLATT, Daniel. **How democracies die.** New York: Crown, 2018.
- LOLLER, Travis, and CORONADO, Acacia. **New laws steer some teachers away from race-related topics,** Available in: <https://apnews.com/article/entertainment-business-education-race-and-ethnicity-racial-injustice-cc00d3bfec7c286a268998b50533d17> Accessed in 26/09/2022
- MCGUINN, Patrick. Assessing state ESSA plans: Innovation or retreat. **Phi Delta Kappan**, v. 97, n. 8, p. 28-33, 2019.
- National Council for the Social Studies (NCSS). **A response to the attacks on social studies education in state legislatures and local boards of education,** Available in: <https://www.socialstudies.org/current-events-response/response-attacks-social-studies-education-state-legislatures-and-local> Accessed in 19/08/2022;
- POLLOCK, Mica, and ROGERS, John. **The conflict campaign: Exploring local experiences of the campaign to ban “Critical Race Theory” in public k-12 education in the U.S., 2020-2021.** Los Angeles, CA: UCLA Institute for Democracy, Education, and Access, 2022.
- POWELL, Lewis F. Jr. **Powell memorandum: Attack on American free enterprise system.** Lewis F. Powell Papers, Washington and Lee School of Law, 1971.
- PRESIDENT’S 1776 COMMISSION. **The 1776 Report.** Washington, DC: The President’s Advisory 1776 Commission, 2021.
- PROJECT, The 1619. **The 1619 Project,** Available in: <https://www.nytimes.com/interactive/2019/08/14/magazine/1619-america-slavery.html> Accessed in 26/09/2022.
- RUFO, Christopher. **“White fragility” comes to Washington,** Available in: <https://www.city-journal.org/white-fragility-comes-to-washington> Accessed in 26/09/2022

- RUGG, Harold O. **Rugg speaking engagement at Cold Spring Geriatric Society**, Cold Spring, New York, June 15, 1956. Transcript and tape in possession of the author, 1956.
- SAVAGE, David G. (2021). **Public funding for church schools possible**, Available in: <https://www.latimes.com/politics/story/2021-12-08/supreme-court-leans-in-favor-of-tax-funds-for-religious-schools> Accessed in 26/09/2022
- SAWCHUCK, Stephen. **What is critical race theory and why is it under attack?**. Available in: <https://www.edweek.org/leadership/what-is-critical-race-theory-and-why-is-it-under-attack/2021/05> Accessed in 26/09/2022
- SAWCHUCK, Stephen. **Revising America's racist past**, Available in: <https://www.edweek.org/teaching-learning/revising-americas-racist-past/2022/01> Accessed 26/09/2022.
- STOUT, Cathryn, and LEMEE, Gabrielle. **Efforts to restrict teaching about racism and bias have multiplied across the U.S**, Available in: <https://www.chalkbeat.org/22525983/map-critical-race-theory-legislation-teaching-racism> Accessed in 26/09/2022.
- STRATFORD, Michael. **Trump opens up federal dollars for private school vouchers amid pandemic**, Available in: <https://www.politico.com/news/2020/12/28/trump-private-schools-pandemic-451757> Accessed in 26/09/2022
- THOMPSON, Frank J., WONG, Kenneth K, and RABE, Barry G. **Trump, the administrative presidency, and federalism**. Washington, DC: Brookings Institution, 2020.
- TRUMP, Donald J. **Various documents (2016-2021)**. **Trump Papers**, The American Presidency Project, University of California at Santa Barbara, 2021.
- UJIFUSA, Andrew. **Trump targets history class as well as school choice in bid for second term**, Available in: <https://www.edweek.org/teaching-learning/trump-targets-history-class-as-well-as-school-choice-in-bid-for-second-term/2020/08> Accessed in 26/09/2022.
- WALLACE-WELLS, Benjamin. **How a conservative activist invented the conflict over critical race theory**, Available in: <https://www.newyorker.com/news/annals-of-inquiry/how-a-conservative-activist-invented-the-conflict-over-critical-race-theory> Accessed in 26/09/2022
- WEISS, Joanne, and MCGUINN, Patrick. **The evolving role of the state education agency in the era of ESSA and Trump: Past, Present, and Future**. **CPRE Working Papers, Scholarly Commons**, University of Pennsylvania, 2017.
- WONG, Kenneth. Education policy, Trump style: The administrative presidency and deference to states in ESSA implementation. **Publius: The Journal of Federalism**, v. 50, n. 3, p. 423-445, 2020.

Submetido: 26/08/2022

Aceito: 10/09/2022